

FOLHETO

Nº 022

DATA 20/11/02

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

sócio efetivo do I. H. G. B.

A AMAZÔNIA NA ERA POMBALINA

RESUMO DO 2.º E 3.º TOMO



RIO DE JANEIRO — GB.

1963

FOLHETO
Nº...022...
DATA 20/11/02

A AMAZÔNIA NA ERA POMBALINA

Resumos das cartas e dos documentos do 2.º e 3.º TOMO, por Marcos Carneiro de Mendonça.

- 430 Carta ao Marquês de Tancos, em que F.X.M.F. anuncia a chegada dos dois regimentos militares, infelizmente com mais de 300 doentes, não havendo na terra para atendê-los hospitais para recebê-los e curá-los. Anuncia também ter oferecido a sua casa ao astrônomo Brunelli. Pará, 12 de novembro de 1753.
- 431 Carta ao Pe. José Moreira, em que faz nova referência ao muito recomendado astrônomo Galuzzi, e aos irmãos José Miguel e André Miguel Aires. Pará, 12 de novembro de 1753.
- 437 45.^a Carta a Sebastião José, na qual trata amplamente do disposto nas Instruções que lhe foram passadas a 30 de abril de 1753, para sua missão no Rio Negro. Pará, 14 de novembro de 1753.
- 442 46.^a Carta a Sebastião José, em que menciona a que dêle recebera, com data de 14 de maio de 1753, com a qual recebeu cópia das duas célebres cartas reveladas por Varnhagen, dirigidas a Gomes Freire, sobre o cumprimento do Tratado de 1750, na parte sul do Brasil, a seu cargo. Nela F.X. diz que os estrangeiros que haviam ido para o Pará, para os serviços de demarcações, até então tinham estado em mansidão. Faz referência ao astrônomo Brunelli, a quem já tivera necessidade de advertir. Faz também referência a outros membros da Expedição Demarcadora. Pará, 15 de novembro de 1753.
- Carta a Diogo de Mendonça sobre o parecer que, por intermédio do Consêlho Ultramarino, S. Maj. determinava que dêsse sobre a criação do importante cargo de Juíz de Fora. Pará, 15 de novembro de 1753.
- 445 47.^a Carta a Sebastião José, em que há referência ao Tratado de 24-6-1752, assinado em Aranjuez, sobre as Instruções aos

Comissários Régios das Demarcações; havendo ainda referência à especialíssima notícia da sua escolha pelo Rei, para Primeiro Comissário das Demarcações da parte norte do Brasil. Pará, 16 de novembro de 1753.

447 48.^a Carta a Sebastião José, em que se mostra consternado por não poder partir de pronto de Belém do Pará para ir ao encontro dos Comissários Castelhanos, por não ter, para isso, nem meios materiais, nem dinheiro para fazê-lo. Sente de tal modo a sua situação que até pensa em suicídio. Pará, 17 de novembro de 1753.

449 49.^a Carta a Sebastião José, na qual há referência a matérias de sua administração. Pará, 23 de novembro de 1753.

451 50.^a Carta a Sebastião José, em que trata de assuntos ligados a intrigas em que procuravam envolvê-lo. Pará, 25 de novembro de 1753.

453 51.^a Carta a Sebastião José sobre a próxima viagem do Pe. Malagrida para a Côrte, onde ia pleitear, para a Companhia de Jesus, a conquista do rio Tapajós, no qual já tinham cinco ou seis aldeias; parecendo que naquêle rio haviam descoberto ouro. Pará, 26 de novembro de 1753.

Carta a João de Sousa de Azevedo, autorizando-o a mandar mercadorias suas a vender em Mato Grosso, na expedição que ia chefiada por João de Moura, com socorros pedidos pelo Governador Rolim de Moura. Pará, 20 de dezembro de 1753.

Carta a Diogo de Mendonça, em que trata da fundação de uma Companhia Geral de Comércio Nacional, para a introdução de negros no Estado, tendo para isso conseguido reunir 30.000 cruzados; quantia que considerava insignificante para tão grandes objetivos. Nela faz referência a diversas leis publicadas, visando a defesa da liberdade dos Índios. Pará, 18 de janeiro de 1754.

460 52.^a Carta a Sebastião José, na qual volta a tratar da Companhia de Comércio e das bases de sua fundação. Pará, 24 de janeiro de 1754.

465 53.^a Carta a Sebastião José, na qual relata o fato passado com um malfeitor condenado à morte e alguns padres da Companhia de Jesus. Trata ainda na carta da resistência oposta pelos mesmos padres ao ensino da língua portuguesa aos Índios. Pará, 26 de janeiro de 1754.

Carta ao Rei, onde trata da fundação do Seminário de Cametá e do Pe. Malagrida. Pará, 27 de janeiro de 1754.

Carta de Rolim de Moura a F.X.M.F., na qual trata da fundação de Vila Béla; do cativoiro dos Índios; da Casa de Fundição do Ouro e, sobretudo, dos graves problemas das demarcações do Tratado de 1750. Vila Bela, 30 de janeiro de 1754.

- 474 **54.^a Carta** a Sebastião José, quando volta a tratar da constituição da nova Companhia de Comércio. Pará, 30 de janeiro de 1754.
- Bases formuladas por F.X.M.F. para a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Pará, 15 de fevereiro de 1754.
- Carta ao Rei referente à provisão régia de 23 de janeiro de 1725, sobre o transporte da pedra de Alcântara para a fabricação de cal para a construção e reconstrução das fortalezas do Estado. Pará, 31 de janeiro de 1754.
- 484 **55.^a Carta** a Sebastião José, sobre o provimento de postos militares. Pará, 6 de fevereiro de 1754.
- 56.^a Carta**
- 485 Memória sobre as fazendas do Colégio de Santa Alexandrina, dos Padres Jesuítas. Pará, 8 de fevereiro de 1754.
- 490 **57.^a Carta** a Sebastião José sobre a forma pela qual vinha cumprindo as recomendações contidas nos §§ 16, 17 e 18 de sua carta de 15 de maio de 1753. Pará, 10 de fevereiro de 1754.
- Carta ao Rei sobre os males que advinham ao Estado da existência de índios vadios alforriados, e do fato de nenhuma pessoa poder ter com segurança estes índios em casa, pelas razões que expõe. Pará, 14 de fevereiro de 1754.
- 496 **58.^a Carta** a Sebastião José, na qual se refere à larga carta que lhe escrevera em 8 de novembro de 1752, sobre as resistências dos jesuítas às liberdades dos índios. Pará, 18 de fevereiro de 1754.
- 498 **59.^a Carta** a Sebastião José, na qual trata longamente dos problemas relativos às propriedades dos Jesuítas, dos Carmelitas e das Mercês. As suas fazendas deviam ser transformadas em povoações. Lembra que naquelas terras, era pelo número de escravos que se mediam as riquezas, com o que, enquanto não se tomassem medidas adequadas, os Regulares continuariam a ser senhores de todas as riquezas do Estado. Pará, 18 de fevereiro de 1754.
- 506 **60.^a Carta** a Sebastião José sobre a nova Companhia de Comércio e a fábrica de madeira da Viúva Pedro Jansen, do Maranhão. Pará, 20 de fevereiro de 1754.
- 508 **61.^a Carta** a Sebastião José sobre o grave problema da administração da Fazenda Real da Moxa e Comarca do Piauí. Pará, 21 de fevereiro de 1754.
- Carta ao Rei sobre o Registro da Cachoeira de Aroáia, do rio Madeira, e dos inconvenientes alegados por João de Sousa de Azevedo. Pará, 21 de fevereiro de 1754.
- 512 **62.^a Carta** a Sebastião José, sobre a conduta dos Jesuítas, no Maranhão. Pará, 22 de fevereiro de 1754.
- 514 **63.^a Carta** a Sebastião José sobre a fraca colheita no Rio

Negro; sobre o desaparecimento de índios naquela região; sobre a sua intenção de ir estabelecer-se na aldeia do Rio Negro (Mariuá) para esperar o Ministro de Castela; sobre um dinheiro tirado do fardamento dos soldados; sobre ir ao Rio Branco, para localizar o ponto a se construir a nova fortaleza (de S. Joaquim), e sobre os descimentos dos índios, determinados no § 35 da Carta de 15 de maio de 1753. Pará, 25 de fevereiro de 1754.

- 517 **64.^a Carta** a Sebastião José, na qual presta seguras informações sobre a conduta de pessoas residentes no Grão Pará e Maranhão, quando expende opinião nada favorável aos filhos da terra. Pará, 26 de fevereiro de 1754.
- 522 **65.^a Carta** a Sebastião José sobre a deserção de índios. Pará, 1.^o de março de 1754.
- 523 **66.^a Carta** a Sebastião José, em que trata da má conduta do ex-Ouvidor do Maranhão, João Pedro Henriques da Silva. Pará, 5 de março de 1754.
- 525 **67.^a Carta** a Sebastião José, em que trata amplamente da Companhia de Jesus e de alguns de seus filhos. Pará, 6 de março de 1754.
- 528 **68.^a Carta** a Sebastião José, na qual se refere à carta que escreveu-lhe no dia 18 de fevereiro, anterior, e onde diz ser necessário que S. Maj. declare expressamente que as freguesias do Estado ficavam sujeitas à visita do Bispo. Pará, 8 de março de 1754.
- 530 **69.^a Carta** a Sebastião José sobre as pessoas que o deviam acompanhar na sua grande viagem das demarcações. Pará, 8 de março de 1754.
- 531 **70.^a Carta** a Sebastião José, em que trata dos astrônomos da expedição e do material necessário ao desempenho de suas funções nos trabalhos das demarcações. Pará, 8 de março de 1754.
- 532 **71.^a Carta** a Sebastião José, em que presta informação sobre as medidas já postas em prática sobre os serviços das demarcações do Tratado de Limites de 1750. Pará, 8 de março de 1754.
- 535 **72.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência a um enteado do boticário da Rainha-Mãe; ao Pe. Inácio Sanmartoni; ao ajudante Filipe Sturm e a outros. Pará, 9 de março de 1754.
- Carta a Diogo de Mendonça, sobre João de Sousa de Azevedo. Pará, 9 de março de 1754.
- Index das contas prestadas ao Rei D. José I. Pará, 12 de março de 1754. São cartas, em geral, constantes desta Correspondência.
- Conta apresentada por suprimentos de dinheiro ao Dr. João Angelo Brunelli. Pará, 5 de março de 1754.

Conta apresentada por suprimento de dinheiro a João da Silva, Comandante do iate Senhor do Bonfim e Sto. Antônio. Pará, 10 de março de 1754.

Carta a D. Antônio Rolim de Moura, na qual o Governador F.X. faz referência a João de Sousa de Azevedo; ao Tratado dos Domínios de 1750, e ao Desembargador Caminha de Castro. Pará, 30 de março de 1754.

Instrução que levou o Tenente D. Antônio de Castro Menezes, para a aldeia do Trocano. Pará, 27 de maio de 1754.

Carta ao Reitor do Colégio da Companhia de Jesus. Pará, 25 de maio de 1754.

Carta ao Governador Rolim de Moura, na qual há referência às aldeias do rio Guaporé, ao registro da Cachoeira de S. João; ao Ouvidor de Cuiabá, Caminha de Castro; à carência de pretos para o serviço das minas de Mato Grosso e do Estado do Grão Pará e Maranhão, e aos índios aflitos com os serviços que eram obrigados a prestar. Há ainda referência aos primeiros trabalhos para a instalação da Cia. Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, e ao Cap. 7.^o do L.^o 3.^o, do 1.^o Tomo do trabalho de D. Juan de Solórzano Pereira: **De Jure Indiarum**. Pará, 20 de maio de 1754.

Carta ao mesmo governador, na qual faz referência à que lhe escrevera em 30 de março e a vários e importantes detalhes de interpretação de cláusulas do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750. Pará, 25 de maio de 1754.

552 **73.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência à criação de um posto militar na Aldeia de Trocano, logo após a passagem por ali do Ouvidor Caminha de Castro; até que se estabeleça o Registro da cachoeira de S. João. Pará, 10 de junho de 1754.

554 **74.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência à 23.^a desta correspondência, em que também trata das muitas fugas de índios, dos serviços de S. Maj. Pará, 14 de junho de 1754.

556 **75.^a Carta** a Sebastião José, na qual se refere ao desembargador Caminha de Castro; às informações que espontaneamente lhe prestara o Governador Rolim de Moura, sobre pontos importantes do Tratado de Limites de 1750, especialmente sobre o seu art. 7.^o, e ainda sobre discordâncias consignadas entre o disposto no mapa das Côrtes, em relação aos de José Gonçalves da Fonseca e João de Sousa de Azevedo; quando o Governador Mendonça Furtado mostra a importância de em matéria de Tratado de Limites, as demarcações só ficarem realmente claras, quando estabelecidas com a indicação das latitudes, o que não se dera com o Tratado de Utrecht; dando isso lugar ao disposto no mapa de la Condamine, quanto à baía de Vicente Pinzón. Pará, 16 de junho de 1754.

- 559 **76.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência a uma carta recebida do padre Missionário dos índios Gamelas. Pará, 18 de junho de 1754.
- 561 **77.^a Carta** a Sebastião José, em que trata novamente dos índios dos rios Mearim e Grajaú, do Maranhão. Faz referência a uma larga instrução que passara ao Pe. Antônio Machado, Missionário jesuíta daquelas aldeias, e ainda ao interesse que haveria em se mandar para lá alguns casais de número ou das ilhas, ou mesmo italianos, alemães e holandeses, casados. Pará, 29 de junho de 1754.
- 564 **78.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência à 62.^a Carta desta correspondência, em que trata da administração da fazenda da Mouxa, do Piauí; assunto novamente tratado nesta carta, onde há referência à ordem de suspensão das demarcações das propriedades da Casa da Torre. Pará, 30 de junho de 1754.
- 566 **79.^a Carta** a Sebastião José, na qual volta a tratar longamente dos assuntos ligados às quarenta e tantas fazendas da Comarca do Piauí, pertencentes à Companhia de Jesus e à Casa da Torre, devendo ir para lá o desembargador Dinis Pinheiro. Pará, 30 de junho de 1754.
- 568 **80.^a Carta** a Sebastião José, com a qual remete dois papéis recebidos sobre as sublevações dos índios do território das Missões do Paraguai; quando o governador Mendonça Furtado diz que enquanto no sul a luta se trava abertamente, no Norte ela é para ele talvez mais difícil, por ser sempre disfarçada. Nela há referência expressa à conduta do Pe. Manuel Gonzaga, Superior de um chamado Hospício da região da Mouxa. Há ainda referência a um fato grave passado na Vila de Sousa, situada na margem do rio Caeté, do Maranhão. Pará, 1.^o de julho de 1754.
- 573 **81.^a Carta** a Sebastião José, em que volta a tratar do ocorrido na antiga vila de Sousa, agora Vila de Bragança. Pará, 15 de julho de 1754.

Carta ao Vice-Provincial da Companhia de Jesus sobre as muitas deserções de índios de serviço, em trabalhos do Rei, relativos à demarcação do Tratado de 1750. Pará, 20 de agosto de 1754.

- 576 **82.^a Carta** a Sebastião José, na qual volta a tratar dos graves problemas da Mouxa, quando se refere a uma **declaratória** dos Padres da Companhia. A conduta do Ouvidor parecia suspeita. Pará, 26 de agosto de 1754.

Resumo de uma carta do governador Rolim de Moura para Mendonça Furtado, sobre importantes pontos do Tratado de Limites de 1750. Escrita de Vila Bela, 1.^o de setembro de 1754.

- 581 83.^a Carta a Sebastião José, na qual trata da necessidade de um Capelão, na sua próxima expedição ao Rio Negro, demarcadora do Tratado de 1750. Pará, 3 de setembro de 1754.
- 582 84.^a Carta a Sebastião José, na qual volta a tratar dos graves problemas que vinham se oferecendo ao cumprimento do Tratado de 1750. Pará, 10 de setembro de 1754.
- 584 85.^a Carta a Sebastião José, na qual faz referência às dificuldades que vinham se oferecendo ao cumprimento do § 2.º da Instrução que lhe fôra passada em data de 31 de maio de 1751. Pará, 10 de setembro de 1754.
- 586 86.^a Carta a Sebastião José, na qual informa ter mandado distribuir os casais de ilhéus, recém chegados, pelas novas vilas de Ourém e Bragança, e relata as conseqüências dessa sua resolução, com a atitude tomada pelo Pe. Teodoro da Cruz. Pará, 12 de setembro de 1754.
- 590 87.^a Carta a Sebastião José, em que trata da fundação da aldeia do rio Javari e dos contrabandos ali feitos pelos padres jesuítas. Nela há também referência à guerra, que ali se processava, entre êstes padres e os do Carmo. Pará, 14 de setembro de 1754.
- 592 88.^a Carta a Sebastião José, sobre o que vinha ocorrendo nas vésperas da partida da sua expedição demarcadora do Tratado de 1750. Pará, 16 de setembro de 1754.
- 595 89.^a Carta a Sebastião José sobre a guarda militar do Troceno, destinada a impedir os contrabandos do ouro do Cuiabá. Pará, 16 de setembro de 1754.
- 597 90.^a Carta a Sebastião José sobre um João Batista Gomes, rábula protegido pela Companhia de Jesus. Pará, 19 de setembro de 1754.
- Instrução passada pelo Governador F.X.M.F., para os astrônomos e geólogos que iam para o rio Negro. Pará, 20 de setembro de 1754.
- 600 91.^a Carta a Sebastião José, na qual expõe casos passados entre famílias de índios e jesuítas. Pará, 21 de setembro de 1754.
- 605 92.^a Carta a Sebastião José, na qual comunica o naufrágio de um navio que transportava os Casais; naufragou, havendo 36 mortes e perda total da carga que transportava para o Pará, inclusive o sal que trazia e que muita falta fêz. Pará, 26 de setembro de 1754.
- 607 93.^a Carta a Sebastião José, na qual há referência a uma sentença do Juiz de Fôra, dada a favor de índios tidos como escravos, e ao fato dêle, Governador, ter sido interpelado **desordenadamente** na Casa das Canoas, pelo padre jesuíta José Antônio, sobre essa sentença. Nela repete o que em 1751 dissera ao Secretário de Estado Diogo de Mendonça —

“que não receava o Povo para declarar as liberdades dos índios, senão as Religiões.” Pará, 28 de setembro de 1754.

- 609 **94.^a Carta** a Sebastião José, na qual declara que: “Esta demarcação do Guaporé, para o Jaurú, sabe V. Exa. muito bem que é da maior ponderação e a que me deve dar maior cuidado”. Pará, 30 de setembro de 1754.

- 610 **95.^a Carta** a Sebastião José, na qual volta a lamentar a perda do navio dos Casais, quando informa que havia gente usando açúcar em lugar do sal. Achava que se nas marinhas da Vila de Bragança houvesse cuidado em se cultivarem, haveria tanto sal nelas que não seria necessário recebê-lo de Portugal. Pará, 30 de setembro de 1754.

Carta a Sebastião José, na qual trata da conduta das Religiões em relação aos serviços da expedição demarcadora que estava a partir. Pará, 1.^o de outubro de 1754.

- 612 **96.^a Carta** a Sebastião José sobre uma correspondência que lhe havia sido entregue, do tenente-general do governo de Mainás. Partia no dia seguinte para o Rio Negro. Pará, 1.^o de outubro de 1754.

Diário da viagem que fez o Governador F.X.M.F., de Belém do Pará ao alto do Rio Negro, do dia 2 de outubro até 28 de dezembro de 1754; dia em que chegou à aldeia Mariuá, depois Vila de Barcelos.

Carta ao Capitão da fortaleza de Gurupá, sobre contrabandos de índios escravizados.

Carta ao Bispo D. Miguel de Bulhões, dando-lhe notícia do andamento da expedição. Marauaru (sítio de Pedro Furtado); 8 de outubro de 1754.

Carta ao mesmo Bispo, na qual o ia pondo a par do que ia acontecendo no decorrer da expedição. Gurupá, 20 de outubro de 1754.

Instrução passada ao ajudante José de Barros para governar os índios da aldeia de Sant'Ana do Macapá. Gurupá, 21 de outubro de 1754.

Carta ao Pe. Inácio Sanmartoni. Gurupá, 21 de outubro de 1754.

Carta a Francisco Portilho de Melo, homem que o governador M.F. sabia ser perigoso. Gurupá, 21 de outubro de 1754.

Carta ao Bispo D. Miguel, dando-lhe mais notícias da expedição demarcadora do Tratado de 1750. Pauxís (Óbidos), 14 de novembro de 1754.

Carta ao Sargento Mor Gabriel de Sousa Filgueiras, mandado para inspecionar os trabalhos do Arraial de Mariuá. Canoa N. S. de Nazaré, 30 de novembro de 1754.

Carta ao Bispo D. Miguel, dando-lhe notícia da viagem e acusando o recebimento de suas cartas sobre assuntos administrativos. Mariuá, 4 de janeiro de 1755.

Nova carta ao Bispo, sempre sôbre assuntos relativos à administração do Estado. Mariuá, 4 de janeiro de 1755.

Trecho de carta ao Bispo D. Miguel, na qual há referência aos estrangeiros contratados por D. João V, para servirem nos trabalhos das demarcações do Tratado de 1750. Mariuá, 8 de janeiro de 1755.

- 650 97.^a Carta a Sebastião José, na qual transmite a informação que lhe fôra prestada por Fr. D. José da Madalena sôbre a abundância de farinhas na região do Rio Negro. Pará, 10 de fevereiro de 1755.

Carta Régia de criação da Capitania de S. José do Rio Negro. Lisboa, 3 de março de 1755.

Carta Régia a F.X.M.F., relativa às circulares de 18 de maio de 1753, ordenando que as Religiões fornecessem todos os índios necessários aos serviços das demarcações; ordem não obedecida pelos Superiores das mesmas. Lisboa, 11 de março de 1755.

Carta de Sebastião José a F.X.M.F., em que trata longamente de assuntos relativos à conduta dos jesuítas, quando vários dêles são mandados sair do Estado; mandando estabelecer cômguas, de conformidade com o dispôsto na carta de F.X. de 18 de fevereiro de 1754 (carta 59.^a); informando que, de acôrdo com o sugerido na mesma carta, S. Maj. resolvera reduzir as aldeias e fazendas a vilas e povoações civis; resolvera também conceder liberdade aos índios, de conformidade com a 6.^a doutrina de Solórzano, referida em carta de F.X. de 8 de novembro de 1752; além de outras medidas tomadas, da maior significação para os destinos do Grão-Pará e Maranhão, tôdas elas atendendo ao que fôra sugerido e solicitado pelo Governador Mendonça Furtado, em cartas ao irmão, a Diogo de Mendonça e ao Rei. Lisboa, 14 de março de 1755.

Nova carta de Sebastião José ao irmão F.X. de Mendonça Furtado, tratando de assuntos de interêsse do Estado. Lisboa, 15 de março de 1755.

Carta muito importante de Sebastião José para o irmão, na qual há referência: às duas famosas cartas secretíssimas, escritas a Gomes Freire; à sua carta de 6 de julho de 1752, constante desta correspondência, e ainda a outros assuntos, inclusive lembrando a necessidade dos jesuítas serem afastados da fronteira dos domínios da Espanha, e de impedir que se correspondessem com os seus colegas de lá. Lisboa, 17 de março de 1755.

Notícias recebidas por Mendonça Furtado sôbre a divisão dos limites do Sul.

Carta de Sebastião José para o irmão, na qual se refere ao novo bispo do Maranhão, Fr. D. Antônio de S. José; a Antônio Carlos Pereira de Sousa; a João Egas de Bulhões; ao novo

Ouvidor do Piauí, Manuel Cipriano da Silva Lôbo; ao novo Ouvidor do Maranhão, Diogo da Costa Silva e ao Tenente-Coronel Serrão. Lisboa, 18 de março de 1755.

Relação dos rios que deságuam no Rio Negro, conforme informações colhidas de pessoas conhecedoras do assunto.

Carta de Sebastião José para o irmão, na qual faz menção expressa do plano de constituição da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, organizado por F.X.M.F., em data de 15 de fevereiro de 1754; lembrando que o simples enunciado da sua constituição, seria motivo em Belém do Pará e em S. Luís do Maranhão para alegria, repiques de sinos, luminárias e conversas sôbre os lugares mais próprios para se erigirem estátuas a El-Rei N. Senhor; mas que não esperasse por isso, dados os exemplos que haviam sido colhidos ultimamente, em casos semelhantes. Lisboa, 12 de maio de 1755.

Térmo da Junta Extraordinária, reunida para tratar da expedição demarcadora do Rio Negro. Belém do Pará, 13 de maio de 1755.

700 98.^a Carta a Sebastião José, na qual há referência ao ajudante da Sala, João Batista de Oliveira. Mariuá, 23 de junho de 1755.

701 99.^a Carta a Sebastião José, sôbre a arrecadação do Tabaco que ia para a Côrte. Mariuá, 23 de junho de 1755.

703 100.^a Carta a Sebastião José, na qual faz referência à carta 97.^a, e a vários detalhes de sua viagem para o Rio Negro; sendo que a comitiva era constituída de 898 pessoas, viajando em 27 canoas, além das miúdas de pescaria. Mariuá, 6 de julho de 1755.

706 101.^a Carta a Sebastião José, pedindo-lhe agradecer ao Rei as especiais mercês feitas ao Estado para o seu restabelecimento: com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão; com a introdução dos pretos, que iam também beneficiar o Mato Grosso e as suas minas, e com os lucros provenientes das madeiras exportadas do Pará, para Lisboa; assim como com a abolição do governo absoluto dos Regulares sôbre os índios; com o estabelecimento da nova Capitania de S. José do Rio Negro, com capital própria e novas vilas; fazendo as gentes que ali andavam dispersas se congregarem sob normas de direito; o que até então não se dava. Com essas medidas tomadas, evitar-se-iam as infiltrações dos holandeses, sobretudo depois da existência da fortaleza, mandada construir para êsse fim; fortaleza que, construída nas margens do rio Tacutú, tomou o nome de S. Joaquim. Mariuá, 6 de janeiro de 1755.

709 102.^a Carta a Sebastião José, sôbre uma carta comprometedora do Pe. Bento da Fonseca, logo amplamente divulgada por

- cópias, no Maranhão e no Pará. Sôbre os embargos dos jesuítas à sentença de Alforria dos índios que injustamente retinham em escravidão, quando menciona o nome do rabula João Batista Gomes e do padre jesuíta Aleixo Antônio. Mariuá, 6 de julho de 1755.
- 711 103.^a Carta a Sebastião José, na qual dá parecer sôbre a promoção do tenente Valentim Ribeiro da Silva. Mariuá, 7 de julho de 1755.
- 712 14.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a Henrique Wilkens, a Felipe Sturm, ao Capitão Schwebel, ao Pe. Santmartoni e a Antônio Nunes de Sousa, todos com função no Tratado das demarcações. Mariuá, 7 de julho de 1755.
- 714 105.^a Carta a Sebastião José, na qual faz referência a várias notícias relativas a acontecimentos ligados às tentativas de cumprimento do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750, e a diversas ações que se davam, contrárias a êsse mesmo Tratado, tôdas de parte dos Jesuítas. Mariuá, 7 de julho de 1755.
- 722 106.^a Carta a Sebastião José, juntamente com a qual remetia o plano que fizera para o cumprimento das demarcações, quando presta, a respeito, várias informações da maior significação. Termina dizendo que de Castelhanos não tinha notícia alguma; conquanto tivessem saído do pôrto de Cádiz, em fevereiro do ano anterior. Mariuá, 8 de julho de 1755.
Sistema das demarcações da parte Norte. É o plano antes mencionado.
- 730 107.^a Carta a Sebastião José, na qual trata dos graves assuntos ligados às fazendas da Mouxa, Piauí. Mariuá, 8 de julho de 1755.
- 732 108.^a Carta a Sebastião José, na qual trata do melindroso problema do descimento dos índios para as aldeias, a cargo das diversas Religiões, bem como da conduta dos Principais das tribos. Mariuá, 8 de julho de 1755.
- 734 109.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere à forma pela qual procura dar cumprimento ao alvará, pelo qual S. Maj. mandara estabelecer dois Regimentos militares na Capitania; quando se refere a um decreto de 17 ou 27 de janeiro de 1713. Mariuá, 5 de julho de 1755.
- 736 110.^a Carta a Sebastião José, na qual, a propósito das pregações dos padres da Companhia contra as liberdades dos índios, faz referência às **Vozes Saudosas** do Pe. Antônio Vieira, pedindo ao irmão que, se tivesse alguma hora livre, lêsse no referido livro a voz **Política**, a **Doutrinal** e a **Zelosa**, escritas quando Vieira era pregador do rei D. Afonso VI, de Portugal. Mariuá, 8 de julho de 1755.
- 738 111.^a Carta a Sebastião José sôbre diversos fatos relativos à conduta dos padres jesuítas. Mariuá, 9 de julho de 1755.

- 740 **112.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência à carta 58.^a, que lhe escrevera no dia 10 de fevereiro de 1754, tratando, como nesta, de várias medidas tomadas para a alimentação de todo o pessoal civil e militar, que no alto Rio Negro devia se ocupar com os serviços das demarcações. Mariuá, 10 de julho de 1755.
- 744 **113.^a Carta** a Sebastião José, na qual revela o programa que delineara para o cumprimento do Tratado de 1750, em ação conjunta com os castelhanos, que, aliás, ali não apareceram, por se acharem acumpliciados com os Jesuítas de Espanha e de Portugal para, mesmo na parte Norte, o referido Tratado não se cumprir. Mariuá, 12 de julho de 1755.
- 747 **114.^a Carta.** 12 de julho de 1755.
Carta ao Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva, na qual trata de vários assuntos ligados à sua missão de 1.^o Comissário Régio das demarcações. Mariuá, 12 de julho de 1755.
Carta ao desembargador Gonçalo José da Silveira Preto, na qual volta a tratar, também longamente, da sua importante função de 1.^o Comissário Régio das demarcações do Tratado de 1750. Nela se mostra satisfeito com a publicação do alvará de 4 de abril de 1755, que trata do casamento dos europeus com os índios; e diz que contra as liberdades dos índios achava mais inimigos do que esperava, mas que “neste negócio se tinham adiantado bastantemente”. Mariuá, 12 de julho de 1755.
- 761 **115.^a Carta** a Sebastião José, na qual trata de vários assuntos ligados à sua função de 1.^o Comissário Régio das demarcações. Arraial de Mariuá, 13 de julho de 1755.
- 764 **116.^a Carta** a Sebastião José na qual volta a tratar dos técnicos estrangeiros e nacionais que haviam sido contratados, escolhidos e mandados para os importantes serviços das demarcações. Mariuá, 13 de julho de 1755.
- 767 **117.^a Carta** a Sebastião José, com a qual remete cópia das notícias que lhe haviam sido transmitidas sobre o que se passava no Sul; refere-se aos cuidados que havia tomado contra a sua divulgação, mas reconhecia ser difícil que isso não se desse, por ser assunto obrigatoriamente tratado por muita gente. Mariuá, 14 de julho de 1755.
- 768 **118.^a Carta** a Sebastião José, na qual se refere ao pedido de João de Sousa de Azevedo, para que a sua família fôsse transportada da Capitania de S. Paulo para as minas de Mato Grosso, por conta da Real Fazenda de S. Majestade; com o que, dada a esperada importância da sua contribuição aos serviços demarcatórios, achava que devia ser atendido. Refere-se na mesma carta a uma petição do ajudante Felipe Sturm. Mariuá, 14 de julho de 1755.
- 769 **119.^a Carta** a Sebastião José, na qual informa que os padres matemáticos lhe haviam dado conta das observações astronô-

micas que até então haviam feito; as quais em seu próprio original enviava para Lisboa; assim como também enviava a relação dos instrumentos que consideravam sumamente necessários ao seu serviço. Mariuá, 14 de julho de 1755.

- 770 **120.^a Carta** a Sebastião José, na qual faz referência às munições de uso e de boca, chegadas a Belém do Pará, vindas de Lisboa, para os serviços do pessoal empregado nos serviços da grande expedição demarcadora. Mariuá, 15 de julho de 1755.
- 772 **121.^a Carta** a Sebastião José, mencionando um velhíssimo sinete que havia na Secretaria do Pará, com as armas reais; isso porque precisava de outro no alto Rio Negro. Mariuá, 15 de julho de 1755.
- 773 **122.^a Carta.** 15 de julho de 1755.
- 774 **123.^a Carta** a Sebastião José, em que trata do acréscimo no ordenado do secretário do governo João Antônio Pinto da Silva. Mariuá, 17 de julho de 1755.
- 776 **124.^a Carta** a Sebastião José, na qual trata de requerimentos feitos por dois elementos de sua comitiva que, por inúteis, deviam ser atendidos. Mariuá, 19 de julho de 1755.
- 777 **125.^a Carta** a Sebastião José sobre a tropa que devia, talvez, seguir para as demarcações no rio Japurá, sem astrônomo. Arraial de Mariuá, 19 de julho de 1755.
- 778 **126.^a Carta** a Sebastião José, com a qual remete o mapa da viagem que fizera de Belém do Pará à aldeia de Mariuá, que, com a criação da Capitania do Alto Rio Negro, passou a vila de Barcelos. Mapa que, depurado de suas indicações complementares, se encontra neste trabalho, junto com o diário desta viagem, escrito pelo secretário do Estado João Antônio Pinto da Silva. Nessa mesma carta há uma relação das roças que tinha mandado fazer, para nelas se cultivarem os mantimentos necessários ao sustento de toda a população da vila; há referência ao módico custo dos trabalhos que ali vinha realizando; aos prédios já construídos e ainda ao interesse já várias vezes manifestado pela publicação de uma lei que amparasse e estimulasse os casamentos de europeus com índios, ficando os seus descendentes habilitados para todas as honras, sem que o seu sangue servisse de embaraço — e mais — os Principais, seus filhos e filhas, que casassem com elas, seriam nobres e gozariam de todos os privilégios que, como tais, lhes competiam. Mariuá, 20 de julho de 1755.
- 781 **127.^a Carta** a Sebastião José, toda ela sobre a maléfica atuação dos Jesuítas na região fronteira do Javari e na do rio Tapajós, Mariuá, 20 de julho de 1755.
- 783 **128.^a Carta** a Sebastião José, sobre promoções de oficiais; quando menciona os capitães Estêvão José da Costa e Aniceto Francisco de Távora. Mariuá, 25 de julho de 1755.

Carta de Sebastião José para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na qual informa que no dia 6 de junho de 1755, dia de aniversário do Rei, saíra à luz a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão; dizendo ter havido grande contentamento entre os comerciantes, os homens doutos e na população em geral; mas que entre os da Companhia de Jesus não se dera o mesmo, tanto assim que no dia 15 de julho, na Igreja de Santa Maria Maior, um destes Religiosos — o Padre Balester — tomara a liberdade de injuriar o Evangelho e de torcer a sua santa doutrina, com o fim de suscitar uma sedição contra a referida Companhia de Comércio; pregando que quem entrasse nela não seria da Companhia de Cristo, antes seria réprobo e condenado ao fogo eterno; provocando tais invectivas pronta reação de S. Maj., ficando envolvidos no processo sete dos doze membros da confraria do Espírito Santo, por êles denominada Mesa do Bem Comum; do que resultou o Padre Manuel Balester ser mandado para Bragança e os sete da Mesa do Bem Comum e o advogado João Tomás de Negreiros irem para a cadeia. Em vista de tais acontecimentos, deveria o governador Mendonça Furtado tomar tôdas as medidas julgadas necessárias à boa ordem no Estado, quando alí fossem instalados os serviços da mesma Companhia de Comércio; cujas atividades se chocavam com os interesses da Companhia de Jesus na Amazônia; ficando o mesmo Governador autorizado a expulsar do mesmo, os que se atrevessem a se manifestar contra a sua existência e comércio; sendo que essa autorização deveria ser conservada por êle em absoluto segredo. Belém, 4 de agosto de 1755.

Nova carta de Sebastião José para F.X.M.F., que assim principia: "Para consolidar o estabelecimento do Império que El-Rei Nosso Senhor determinou fundar nessas Capitanias, faltam ainda os dois pontos essenciais, de mandar S. Maj. observar as Constituições Apostólicas que proíbem aos Missionários serem mercadores, e as leis dêste Reino que não permitem que êles absorvam em si os fundos de terras, sem preceder licença do mesmo Senhor; assinalando-se-lhes congruas para se sustentarem como Ministros de Deus e da sua Igreja, e sem sustentarem tão santo ministério com a torpêza dos lucros mercantis, que tão ávida e escandalosamente solicitam nesse Estado. Tôdas as medidas a ser então tomadas pelo Governador M.F., decorriam, em grande parte, do contido em suas cartas de 18 de fevereiro de 1754 (59.^a e 60.^a). Devia o mesmo Governador mandar para Lisboa a relação completa de todos os colégios, noviciados, residências e missões que então tinham no Estado os religiosos da Companhia de Jesus e as demais comunidades religiosas, alí existentes;

informando o número de padres de missa, noviços e leigos que tivesse cada uma das respectivas casas e residências. Advertia-se ao mesmo Governador, não ser necessário que êle anunciasse no mesmo dia o estabelecimento da Companhia de Comércio e as duas leis de 6 e 7 de junho de 1755, de liberdade dos índios e de extinção do governo temporal dos padres sobre os índios, nas aldeias; o que, como se sabe, cauta e serenamente o mesmo Governador só fez anunciar ou publicar no ano de 1757. Belém, 4 de agosto de 1755.

Nova carta de Sebastião José para o irmão F.X.M.F., com a qual remetia a lei de 6 de junho de 1755, quando faz as recomendações julgadas necessárias à sua publicação.

Carta de Sebastião José ao irmão, em que trata exclusivamente da instalação, no Estado, da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Belém, 4 de agosto de 1755.

Carta de Mendonça Furtado ao Bispo Dom Miguel de Bulhões, na qual trata do movimento de rebeldia havido em Belém do Pará, liderado pelo Padre Jesuíta Roque Hunderpfundt, quando o Governador escreve: "A origem de tôdas estas desordens bem sabe V. Excia., e mais, eu; e é certamente infelicidade que haja S. Maj. de sustentar traidores que o vendem e aos seus Estados, à custa de grandes privilégios e imensas somas de dinheiro que lhes mete nas mãos". Mariuá, 3 de outubro de 1755.

Carta ao Governador Geral da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, na qual informa ter saído com a sua comitiva no dia 2 de outubro, de Belém do Pará; fala sobre as dificuldades que vinha tendo em matéria de alimentação, e sobre um ouro em pó referido pelo mesmo Governador; sobre a morte do Desembargador Caminha de Castro, Ouvidor de Cuiabá, e sobre a criação da Companhia de Comércio, e dos benefícios que dela poderiam esperar as minas de Mato Grosso; sobre a lei das liberdades dos índios, e sobre a criação da Capitania de São José do Rio Negro e ainda sobre a próxima transformação da aldeia jesuítica do Trocano em Vila de Borba, a nova; o que se deu a 1.º de janeiro de 1756. Mandava-lhe nôvo socorro de café, lamentando não poder dêle receber o leite que lá havia, por ser gênero que não se podia transportar. Mariuá, 11 de outubro de 1755.

Carta ao Tenente Diogo Antônio de Castro, chefe do posto militar da aldeia do Trocano. Mariuá, 13 de outubro de 1755.

Carta ao Governador Rolim de Moura, em que principia dizendo: "O negócio conteúdo na carta que vou a fazer a V. Excia., é de natureza que deveria ir de mão própria." Tratava-se das três aldeias jesuíticas de Castela, já postas na margem oriental do rio Guaporé, isto é, na sua margem direita; com o que, em qualquer tempo, poderiam estrangular

as comunicações, por aquela parte, entre Belém do Pará e Vila Bela. Nessa importante carta, estão perfeitamente definidas as medidas que deveriam ser então tomadas, concernentes aos princípios fundamentais do **Uti-Possidetis** --- Mariuá, 13 de outubro de 1755.

Nova e importante carta ao Governador Rolim de Moura, na qual os graves problemas das demarcações são nela tratados. Carta a Baltazar do Rêgo Barbosa sobre as grandes vantagens esperadas da criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Mariuá, 24 de outubro de 1755.

Relação das cartas escritas a Sebastião José e enviadas no mês de novembro de 1755.

- 812 **129.^a Carta** a Sebastião José, referente ao Brigadeiro Antônio Carlos Pereira de Sousa, e ao estabelecimento da Companhia de Comércio do Grão Pará, quando, a propósito da atuação dos Jesuítas, cita a máxima de Maquiavél, “de que a simulação da virtude aproveita e a mesma virtude estorva para se adquirir os bens temporais”; referindo-se na mesma carta aos padres Balester, de Lisboa, e aos padres Roque Hunderpfundt e Aleixo Antônio, do Pará. Mariuá, 10 de novembro de 1755.

- 815 **130.^a Carta** a Sebastião José, em que trata da concessão de cômguas aos Regulares, assunto que reputa, no momento, afeto ao Bispo D. Miguel de Bulhões. Mariuá, 10 de novembro de 1755.

Carta aos dirigentes da nova Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Mariuá, 10 de novembro de 1755.

- 818 **131.^a Carta** a Sebastião José, dando-lhe notícia da boa aceitação que até então tivera no Estado a Companhia de Comércio. Mariuá, 11 de novembro de 1755.

- 821 **132.^a Carta** a Sebastião José, na qual acusa o recebimento das leis das liberdades dos índios, e da autorização que recebera de só publicá-las quando julgasse oportuno; tendo sido essa autorização de bom aviso, porque desde logo o padre Roque procurou induzir o povo à revolta; dizendo que em se concedendo alforria a todos os índios, ficavam os moradores, por sua vez, perdidos e sem mais recursos para viverem, perdendo os seus escravos. É carta importantíssima para o exame dos choques havidos entre o Gabinete Pombal e os Jesuítas. Arraial de Mariuá, 12 de novembro de 1755.

- 827 **133.^a Carta** a Sebastião José, sobre assuntos da Justiça do Estado. Mariuá, 13 de novembro de 1755.

- 829 **134.^a Carta** a Sebastião José, sobre as pessoas que a seu ver poderiam servir, com vantagem, na Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Mariuá, 14 de novembro de 1755.

- 832 **135.^a Carta** a Sebastião José, tratando das que recebera do Bispo e dos Ouvidores, dando-lhe notícia da rebelião que o

padre Roque intentara fazer nos povos da cidade de Belém, com as suas práticas espirituais; citando entre os culpados a João Furtado de Vasconcelos e ao Padre Miguel Ângelo. Trata ainda da fortificação do Macapá e da cal necessária à sua execução; e termina dizendo não haver no Estado senão umas dez ou doze peças de artilharia, vindas ao tempo do governador José da Serra, para o nôvo fortim que ainda estava por acabar, da barra do Pará; estando tôdas as mais enferrujadas e incapazes de servir. Não havia granadas, machadinhas e ainda menos chinfarotes ou arma alguma de mão; nos armazens havia algumas espingardas velhas, ferrugentas e quebradas; sendo êste o estado em que se achavam, não só o trem de artilharia como os mesmos armazens reais. Queria uns doze bons pedreiros para ensinarem a bastantes índios "que com pouco tempo, suposta a habilidade que têm, os ajudariam muito bem e adiantaria a obra bastantemente." Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755.

Carta incompleta ao Governador Rolim de Moura, na qual trata do estabelecimento da Companhia de Comércio, dizendo poderem dela esperar também as minas de Mato Grosso grande aumento, tendo os meios e a facilidade de lhes entrarem pelos rios Madeira e Guaporé todos os negros de que necessitassem, os seus moradores, para adiantar as suas lavouras e fazerem-se poderosos e ricos.

- 841 **136.^a** Carta a Sebastião José, sôbre a dispensa dos Jesuítas da função de administradores da alfândega do Javari; tendo sido mandado para lá, a fim de evitar distúrbios o sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras, de cuja honra e prudência tinha bastantes provas. Tratava também da resolvida fundação da Vila de Borba, a nova, sendo que alí o tenente Diogo Antônio vinha tendo dificuldades com o padre Missionário da aldeia do Trocano, que ia passar a vila. Mariuá, 15 de novembro de 1755.

Carta ao Conde dos Arcos, na qual informa que os demarcadores castelhanos ainda não tinham chegado; que fôra criada a Capitania de São José do Rio Negro; que a aldeia do Trocano passaria a ser Vila de Borba, a nova, e que fôra criada a Companhia de Comércio do Grão Pará. Arraial de Mariuá, 15 de novembro de 1755.

Carta ao Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva, na qual mostra grande satisfação com a criação do "importantíssimo e interessantíssimo estabelecimento da nova Companhia do Grão Pará, com a qual S. Maj. se dignou remir êste até agora infeliz Estado." Mariuá, 15 de novembro de 1755.

- 853 **137.^a** Carta a Sebastião José, em que trata longamente dos descimento dos índios do alto Rio Negro. Mariuá, 16 de novembro de 1755.

856 **138.^a Carta** a Sebastião José, na qual anunciava que pela frota remeteria os embargos apresentados pelos Jesuítas, à sentença que haviam tido contra, na causa das liberdades dos índios; chamando a atenção do irmão para a diferença que havia entre o que pregava o padre Antônio Vieira, nas suas vozes **Política, Doutrinal e Zelosa**, e o que então se passava na Amazônia; quando os mesmos padres procuravam conservar injustissimamente índios na mais dura escravidão, sem terem para isso título algum. Mariuá, 17 de novembro de 1755.

Carta ao Bispo — Governador D. Fr. Miguel, sobre diversos assuntos ligados à administração do Estado. Mariuá, 17 de novembro de 1755.

Carta ao Revmo. Padre Luís Pereira, sobre assuntos particulares. Mariuá, 17 de novembro de 1755.

861 **139.^a Carta** a Sebastião José, sobre a falta de conhecimento que em geral havia na Amazônia sobre a qualidade das madeiras, que deveriam ser um dos grandes ramos de comércio da Companhia do Grão Pará. Achava que os seus administradores deviam fazer público aos povos, que estavam prontos a comprar-lhes todas as que lhes trouxessem ou que tivessem prontas para embarque nas suas roças. Quanto aos cedros, havia duas qualidades: brancos e vermelhos, sendo estes mais estimados. Para o corte das madeiras destinadas à Ribeira das Naus, de Lisboa, reservara as dos rios Mojú, Acará, Guamá e Capim, bem como as dos igarapés que neles deságuam. Mariuá, 18 de novembro de 1755.

140.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a notícias transmitidas pelo Padre Manuel dos Santos ao Padre Sanmartoni, quando escreve o Governador: "Esta República [Companhia de Jesus] não se descuida em tudo o que pode concorrer para o seu aumento, subsistência e até para se fazer temida." Continuava cuidando das roças e à espera dos Comissários Castelhanos. Supunha que a sua presença como representante da Coroa de Portugal não fôsse agradável aos homens de Madrid; mas que com ele ou sem ele, seguindo-se o Plano que já remetera para Lisboa, persuadia-se que não haveria quem, bem nascido e criado, deixasse de executar exatamente as ordens que se lhes mandasse, em um negócio tão interessante, assim ao serviço de S. Maj. como ao interesse da Monarquia." Quanto ao fato de se povoar as aldeias do rio Guaporé, largadas pelos jesuítas de Espanha, passara a incumbência a D. Antônio Rolim, Governador de Mato Grosso, aonde estavam localizadas. Mariuá, 20 de novembro de 1755.

141.^a Carta a Sebastião José, na qual diz que pela experiência ganha nos trabalhos ali feitos, verificara que para um mesmo trabalho, em Portugal e nos sertões da Amazônia, a mão de

obra nêle empregado estaria na proporção de cinco para vinte; mas admitia que aos oficiais mecânicos hábeis, fôsse pago o mesmo salário que aos de lá. Mariuá, 20 de novembro de 1755.

142.^a Carta a Sebastião José, na qual faz referência aos distúrbios havidos no Pará, talvez fiados os homens na piedade do Bispo que o estava substituindo no Govêrno; indagando se não lhe seria dado ir para Belém do Pará para auxiliá-lo no que fôsse necessário. Quanto às medidas concernentes à distribuição das terras das fazendas e Missões até então pertencentes às Religiões, dava nessa carta a sua opinião a respeito. Mariuá, 22 de novembro de 1755.

143.^a Carta a Sebastião José, na qual comunica ter recebido cartas pelo primeiro navio da Companhia de Comércio que chegara a Belém do Pará. Vira a notícia da má conduta dos Castelhanos no Sul, em relação a Gomes Freire. Achava que a guerra dos franceses com os ingleses não prejudicaria aos portugueses. (Guerra dos 7 anos, que mal começava, e que, ao contrário disso, os envolveu e muito os incomodou). Mariuá, 22 de novembro de 1755.

144.^a Carta a Sebastião José, em que trata do comissário provincial de Santo Antônio do Pará, e do interêsse que havia em êle aceitar a patente de Prelado que lhe chegara de Lisboa. Mariuá, 22 de novembro de 1755.

145.^a Carta a Sebastião José, na qual manifesta a dificuldade que via na fundação das novas vilas de Borba e de São José do Javari, pela falta de gente capaz de agriculturar. Queria casar o desenhista Antônio Landi com a filha solteira de João Batista de Oliveira, e mandá-los para Borba, a nova. Mariuá, 22 de novembro de 1755.

146.^a Carta a Sebastião José, na qual trata do preenchimento dos cargos de oito capitães-tenentes, que S. Maj. dera licença à Companhia do Grão Pará para criá-los. Mariuá, 22 de novembro de 1755.

Carta a João de Sousa de Azevêdo, na qual se refere à criação da Companhia do Grão Pará, e ao interêsse que isso trazia às minas de Mato Grosso. Mariuá, 26 de novembro de 1755. Instrução passada ao Sargento-Mor Engenheiro Sebastião José da Silva, para governar o Arraial de Mariuá, quando foi fundar a vila de Borba, a nova; o que se deu a 1.^o de janeiro de 1756. Mariuá, 5 de dezembro de 1755.

Carta ao secretário do Estado João Antônio Pinto da Silva, escrita da Fortaleza (da barra do Rio Negro, origem da cidade de Manaus: vide clichê).

C. R. de D. João V ao Governador do Maranhão Alexandre de Sousa Freire, na qual menciona duas pecinhas de artilha-

ria e dezesseis espingardas, com as quais um missionário fizera, durante uma noite inteira, fogo contra a canoa de um ajudante da expedição régia que então ia para o rio Negro combater índios da nação Maiapema. Lisboa Ocidental, 11 de fevereiro de 1730.

Carta ao padre Anselmo Eckart, comunicando-lhe ter o Rei resolvido erigir em Vila a aldeia do Trocano, até então a cargo dos Jesuítas. Borba, a nova, 1.^o de janeiro de 1756.

Carta ao Revmo. Padre Francisco de Tolêdo, com a qual têm início na Amazônia, em grau superior, as escaramuças antecipadoras dos choques maiores e definitivos, travados entre os Jesuítas, o Gabinete Pombal e os seus representantes no Estado do Grão Pará e Maranhão. Borba, a nova, 2 de janeiro de 1756.

Carta ao Capitão Beron de Schomberg, na qual há referência ao pobre Breuning, e à nova Companhia de Comércio, que ia ser a redenção do Estado. Borba, a nova, 5 de janeiro de 1756.

Carta a Baltazar do Rêgo Barbosa, na qual o Governador se mostra extremamente satisfeito com a organização da nova Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Borba, a nova, 5 de janeiro de 1756.

Instrução passada pelo Governador Mendonça Furtado, ao Tenente Diogo Antônio, para estabelecer a Vila de Borba, a nova; em parte semelhante à que já passara ao Capitão-Mor João Batista de Oliveira, quando foi mandado estabelecer a vila de São José do Macapá, em dezembro de 1751. Borba, a nova, 6 de janeiro de 1756.

Carta do Bispo D. Miguel para Mendonça Furtado, tôda ela sôbre assuntos relativos à administração do Estado. Pará, 27 de janeiro de 1756.

Nova carta do Bispo ao mesmo Governador, na qual aborda o problema das deserções dos índios, quando procura isentar as Religiões de muitas das suas culpas. Pará, 30 de janeiro de 1756.

Carta do Bispo D. Miguel ao Governador Mendonça Furtado, na qual trata do grave e difícil problema da gente necessária à formação dos núcleos populacionais das novas vilas que iam ser fundadas nas Capitanias do Grão Pará e do alto Rio Negro; quando o Bispo se aproxima bastante do Padre Manuel da Nóbrega, em relação às mulheres erradas ou prostituídas. Pará, 31 de janeiro de 1756.

Carta do mesmo Bispo ao Governador Mendonça Furtado sôbre assuntos de administração do Estado, e especialmente sôbre Francisco Portilho. Pará, 7 de fevereiro de 1756.

Carta importantíssima do Governador. Rolim de Moura para M.F., na qual trata de assuntos relativos aos dois Estados que governam. Vila Bela, 16 de junho de 1756.

147.^a Carta a Sebastião José, na qual deixa entrever a existência de notícias tendenciosas, que vinham sendo propaladas pela Companhia de Jesus e pelas outras Religiões; notícias que, ao que parece, se prendiam ao terremoto do dia 1.^o de novembro e às suas lamentáveis conseqüências. Arraial de Mariuá, 8 de outubro de 1756.

148.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a uma das cartas que lhe escrevera a 7 de julho de 1755, e a pontos importantes dos serviços das demarcações da área do rio Guaporé e outras de Mato Grosso. Mariuá, 11 de outubro de 1756.

149.^a Carta a Sebastião José, sobre o provimento dos postos militares do Estado; honrosa incumbência que lhe fôra outorgada pelo Rei D. José. Arraial de Mariuá, 11 de outubro de 1756.

Carta de Diogo de Mendonça ao Bispo D. Miguel de Bulhões sobre a tomada de posse da Ilha de Joanes. A escritura já fôra assinada e expedidos os decretos necessários para se tornar perfeita a troca. Uma vila devia ser nela fundada e fortificados os pontos necessários à sua defesa. Belém, 25 de maio de 1756.

Carta de Diogo de Mendonça, para F.X.M.F., na qual se refere à demora dos Comissários Castelhanos chegarem ao arraial de Mariuá; ao propósito do Rei de Espanha querer cumprir o Tratado, mas duvidando que seus executores agissem nêsse mesmo sentido. Firmava esta sua impressão nos fatos que vinham se dando no Sul com a recusa de entrega das missões jesuíticas do Uruguai. Como estava fazendo um mapa de todo o Brasil, pedia-lhe notícia dos lugares e aldeias da Demarcação. Dizia já lhe ter escrito sobre o terremoto do dia 1.^o de novembro de 1755. Belém, 21 de junho de 1756. Relação das cartas que foram pela frota do ano de 1756 para Sebastião José de Carvalho e Melo.

Mais cartas escritas a Sebastião José, que foram pela frota de 1756.

150.^a Carta a Sebastião José, sobre o ocorrido na aldeia do Jayarí, dos padres da Companhia, quando são mencionados os padres Manuel dos Santos e Luís Gomes, bem como o Sargento Mor Gabriel de Sousa Filgueiras. Mariuá, 12 de outubro de 1756.

151.^a Carta a Sebastião José, na qual informa ter chegado à aldeia do Trocano, no dia 20 de dezembro, com o fim de fundar a Vila de Borba, a nova, o que se deu a 1.^o de janeiro

de 1756; tendo saído da aldeia de Mariuá no dia 6 de dezembro de 1755. É nessa carta que Mendonça Furtado se refere à existência das duas célebres pecinhas de artilharia, das quais já foi feita menção nesta correspondência. Nesta carta se constata novamente ter sido realmente a partir da instalação da Vila de Borba, a nova, que os choques Jesuíticos-pombalinos passaram do campo das questões para o das lutas sem trégua, até o ano de 1759, ou mesmo até o de 1773. O padre Aleixo Antônio, o Tenente Diogo Antônio de Castro e o desenhador Antônio José Landi, são também nela mencionados. Mariuá, 12 de outubro de 1756.

152.^a Carta a Sebastião José, na qual dá notícia dos primeiros resultados alcançados com a transformação da aldeia jesuítica do Trocano em Vila de Borba, a nova. Mariuá, 12 de outubro de 1756.

Carta ao novo Secretário de Estado D. Luís da Cunha Manuel, na qual F.X.M.F. escreve que o que “vos posso dizer em poucas palavras, é que êsse Estado é o melhor da América Portuguesa, e o que mais útil pode vir a ser ao Reino, e que chegou a têrmos, que está a cargo de S. Maj. para o sustentar e inteiramente perdido.” Mariuá, 12 de outubro de 1756.

153.^a Carta a Sebastião José, na qual trata amplamente dos distúrbios havidos com os Jesuítas, por causa das transformações das aldeias do Trocano e do Javari em Vilas; quando são mencionados o Tenente Diogo Antônio, o Bispo D. Miguel, o Padre Visitador Francisco de Toledo, o Sargento Mor Gabriel de Sousa Filgueiras, os Padres Jesuítas Manuel dos Santos, Antônio Meisterburg e Antônio José, assim como o Vigário Provincial do Carmo. Mariuá, 13 de outubro de 1756. Menciona ainda o governador M.F., nesta carta, um discurso que teria feito e que ia incompleto, dizendo que na segunda parte mostraria que as alegadas dívidas das Missões eram afetadas e não verdadeiras.

Papel no qual F.X.M.F. mostra em 100 itens que o negócio que os padres fazem não é lícito nem necessário.

154.^a Carta a Sebastião José na qual trata dos casamentos havidos de soldados com índias, e dos dotes que lhes tinha podido dar. Mariuá, 13 de outubro de 1756.

155.^a Carta a Sebastião José, na qual o Governador M.F., em síntese, transmite o seu pensamento sobre o que então representava a Companhia de Jesus na Amazônia: “com a carta de V. Exa. de 3 de julho recebo as importantíssimas providências com que a indefectível justiça de S. Maj. acudiu a dar remédio às desordens que lhe foram presentes, que havia nesta miserável capitania; que reduzidas à prática poderão cessar em parte, mas em todo será moralmente impossível, porque as raízes são grandes, têm muito quem as fomenta

com uma tenacíssima obstinação, sem que bastem demonstrações ou castigos alguns para conter esta poderosíssima corporação de gente, que tem tantos protetores, como a V. Exa. é assaz notório; porém, iremos trabalhando sem afrouxar na execução das reais ordens de S. Maj., e chegaremos assim até onde fôr possível." No final desta importantíssima carta escreve: "Fico esperando com grande alvoroço o official engenheiro que há de vir encarregado da fortificação do Macapá, a qual é tão importante como V. Exa. sabe, e tendo nós naquêlê sítio, uma boa praça, ficamos seguros de algum insulto dos franceses e temos com ela coberta tôda a margem setentrional das Amazonas, que está tão exposta, como a V. Exa. tenho representado repetidíssimas vezes. A pedra para cal faz-se indispensável, porque, sem ela se não pode fazer obra alguma, por não podermos fiar inteiramente da cal da terra, principalmente em semelhante obra." Arraial de Mariuá, 13 de outubro de 1756.

156.^a Carta a Sebastião José, na qual prossegue nas acusações à conduta dos padres Jesuítas; havendo nela breve referência a Landi e ao Capitão Delgado. Mariuá, 13 de outubro de 1756. Carta a Diogo de Mendonça em que trata de assuntos particulares e do Estado. Nela diz que: "ainda não aparecem castelhanos, e aqui estou exercitando a virtude da paciência; e troquei o caráter de Plenipotenciário de S. Maj., o qual o mesmo Senhor por sua real grandeza mo conferiu, por roceiro, para ver se à custa do suor do meu rosto posso sustentar-me mais abundantemente nestes desertos, e municiar os hóspedes, se acaso vierem." Mariuá, 13 de outubro de 1756.

157.^a Carta a Sebastião José, na qual se vai se amadurecendo a idéia de se romper em definitivo contra a ação dos Jesuítas, principalmente contra a dos jesuítas estrangeiros que ali estavam. Arraial de Mariuá, 14 de outubro de 1756.

Carta a Gonçalo José da Silveira Preto, do Consêlho Ultramarino, na qual escreve: "A união de portuguezes com índios vai se estabelecendo e já se tem feito bastantes casamentos (alvará de 4-4-1755), e só para a Vila de Borba, a nova, do rio da Madeira, tenho mandado 23 casais dêstes, e espero ainda que vão uns poucos; e êste é o verdadeiro caminho, como V. S. justamente pondera, de se povoar êste larguíssimo país; não podendo ser de outra sorte senão fazendo nós os interêsses comuns com os índios, e reputando tudo a mesma gente." "Deus me ajude para que possa conseguir um negócio em que se interessa não menos o serviço de Deus, o de S. Maj. e o bem comum dêste Estado inteiro." Referia-se ainda à fundação que havia feito "desta nova Capitania de S. José do Rio Negro" (C. R. de 3-3-1755). Arraial de Mariuá, 12 de outubro de 1756.

Carta ao Padre José Moreira, confessor de S. Maj., na qual escreve : “No centro dêstes matos recebo com o maior alvoroço a carta com que V. Sa. me faz a mercê de se lembrar de mim, datada de 26 de junho”, de 1756, portanto meses depois de ter havido o terremoto de Lisboa e de lá estarem, ao que parece, francamente em choque, o Gabinete Pombal com o Padre Malagrida. Arraial de Mariuá, 13 de outubro de 1756.

Carta ao Padre Manuel de Campos, na qual acusa o recebimento de duas cartas suas, e onde, como na carta anterior ao Padre José Moreira, faz referência às nomeações do novo Cardeal (Paulo de Carvalho) e do Secretário de Estado (D. Luís da Cunha Manuel). Arraial de Mariuá, 13 de outubro de 1756.

Carta ao Padre Bento da Fonseca, na qual escreve que “segunda vez me chega a esta grande distância o favor e memória de V. Revma.” Pela notícia que lhe dava, via que os seus hóspedes castelhanos haviam chegado à Guiana; mas via também, conforme faz ver em outra carta, ser esquisito êle só receber notícia dêsses Comissários castelhanos por intermédio dos Padres Jesuítas de Portugal, acumpliciados com os seus colegas das Missões do Uruguai e com os próprios Comissários demarcadores do Rei de Espanha; todos agindo contra o cumprimento do Tratado de 1750; inclusive nesta parte Norte das fronteiras, onde não havia dúvidas a dirimir; a não ser as de interpretação do dispôsto nos artigos do Tratado, referentes às regiões fronteiriças, do marco do Jaurú para cima. Arraial de Mariuá, 13 de outubro de 1756.

Carta ao Padre João Batista, da Congregação do Oratório, na qual há referência ao terremoto de Lisboa. Mariuá, 13 de outubro de 1756.

158.^a Carta a Sebastião José, em que trata da Companhia de Comércio do Grão Pará e da participação que nela poderia ter o irlandês Lorenzo Belford, quando também se refere a Balthazar do Rêgo Barbosa. Arraial de Mariuá, 14 de outubro de 1756.

159.^a Carta a Sebastião José, com a qual lhe envia a que recebera do Governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura. Arraial de Mariuá, 14 de outubro de 1756.

160.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a um Memorial de Frei Antônio Maria Madureira, protegido do Rei das duas Sicílias; e ao Conde de Macêdo, embaixador de El Rei Católico, Carlos III. Arraial de Mariuá, 14 de outubro de 1756. Carta ao Provedor e Deputados da Junta da Administração da Companhia de Comércio do Grão Pará, na qual F.X.M.F. expõe o seu pensamento sôbre assuntos que lhe pareciam de

interêsse da mesma Companhia. Arraial de Mariuá, 14 de outubro de 1756.

161.^a Carta a Sebastião José, em que trata dos interêsses desencontrados dos Padres Franciscanos com os da Companhia, no Rio Içá e em outros pontos da capitania. Arraial de Mariuá, 15 de outubro de 1756.

162.^a Carta a Sebastião José, em que trata exclusivamente da morte do Brigadeiro Antonio Carlos Pereira de Sousa. Arraial de Mariuá, 15 de outubro de 1756.

163.^a Carta a Sebastião José, na qual trata de assuntos particulares, quando diz que: “Êstes castelhanos não querem aparecer, nem sei aonde foram parar, nem que fim isto há de ter: estou, vai para 3 anos (chegara ali a 28 de dezembro de 1754), fazendo merecimentos para ver êstes senhores; creio que ainda não são os que bastam para lograr a sua companhia Deus queira que cheguem, e que sejam homens racionais e honrados para que nos ajustemos e acabemos por uma vêz com esta eterna diligência.” Arraial de Mariuá, 16 de outubro de 1756.

164.^a Carta a Sebastião José, na qual comunicava a remessa de uma índiazinha para ser presenteada à Rainha N. Sra.; para S. Maj. ver uma rapariga nascida no mato e a esperteza e o juízo que mostrava naqueles tenríssimos anos. Arraial de Mariuá, 16 de outubro de 1756.

165.^a Carta a Sebastião José, na qual diz que pelo aviso de 30 de maio do presente ano, tivera conhecimento da resolução tomada em favor do Estado, nomeando Intendente-Geral das suas colônias, do comércio, da agricultura e das manufaturas do mesmo Estado ao desembargador João da Cruz Dinis Pinheiro, do qual faz o elogio que julga ser merecedor. Mariuá, 17 de outubro de 1756.

Carta a João de Almada de Melo, na qual se refere à morte do pai, Chanceler Mór do Reino Francisco Luís da Cunha e Ataíde; à nomeação do novo Cardeal Paulo de Carvalho e à do novo Secretário de Estado D. Luís da Cunha Manuel, e a umas prisões havidas, por certo ligadas ao afastamento de Diogo de Mendonça do gabinete, ou por causa do movimento havido na cidade do Pôrto, contra a instalação da Cia. das Vinhas do Alto do Douro; ainda à concessão de patente de Sargento-Mór de Infantaria graduada, a João Pereira Caldas, que tão relevantes serviços veio a prestar às boas causas da Amazônia. Arraial de Mariuá, 17 de outubro de 1756.

Carta a D. Ana Joaquina de Lancastre, a quem dá o tratamento de Ilma. e Exma. Sra. Minha Prima e Minha Senhora. Nela se refere ao terremoto de Lisboa, quando diz que a morte do Sr. Francisco Luís se fêz mais sensível pelo modo

porque suposta a sua avançadíssima idade, já não nos dava grande esperança a sua duração. Morrerá soterrado com o terremoto. Arraial de Mariuá, 17 de outubro de 1756.

Carta a Martinho de Melo e Castro que o substituiu no gabinete de Lisboa, a partir da sua morte, verificada a 15 de novembro de 1769, como também ao próprio Pombal, a partir do ano de 1777, inclusive. Arraial de Mariuá, 18 de outubro de 1756.

Carta a José Joaquim de Lavre, na qual se refere ao Sr. Fernando de Lavre, pai de J. J., e a vários assuntos concernentes à administração do Estado. Lamentava só lhe poder mandar na ocasião um pouco de Puxiri; com o que se constata que já era esse produto conhecido e usado muito antes do ano de 1775, citado por Baena, como sendo o em que pela primeira vez tivesse sido colhido; conforme se lê a fls. 19 da 2.^a parte do livro do Cônego Bernadino de Souza, sobre a Comissão do Vale do Amazonas, publicado no Rio de Janeiro em 1875.

166.^a Carta a Sebastião José, na qual dizia ser “a primeira ocasião que lhe oferecia para participar ao Consêlho Ultramarino e à Secretaria da Repartição (?) o estabelecimento da nova Capitania de S. José do Rio Negro; “que, conquanto, criada a 3 de março de 1755, o seu primeiro Governador, Joaquim de Melo e Póvoa, só foi nomeado a 14 de julho de 1757, tomando posse do govêrno a 4 de maio de 1758. Arraial de Mariuá, 18 de outubro de 1756.

Relação das cartas escritas a Sebastião de Carvalho, enviadas pelo iate São Miguel que saiu de Belém do Pará, para Lisboa, a 12 de junho de 1757.

Relação das cartas que foram fora da lista acima mencionada. Carta do Secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Côrte Real para F.X.M.F., comunicando que o Rei ordenava que se recolhesse à cidade do Pará, sem dúvida ou réplica, (sem dúvida, certamente para evitar o que ocorrera com o Brigadeiro Antônio Carlos Pereira de Sousa) deixando encarregado do govêrno interino da povoação e seus distritos, ao official que lhe parecesse mais apto, e com guarnição competente para prosseguir no cultivo das terras e ao estabelecimento da Vila. Admitia a chegada dos Comissários Castelhanos, na sua ausência, e já se estaria providenciando a designação do substituto do Brigadeiro Antônio Carlos, que havia falecido. Belém (de Lisboa), 29 de novembro de 1756.

167.^a Carta a Sebastião José, na qual retoma o grave assunto dos choques com os jesuítas, que passaram a se desenvolver definitivamente a partir da transformação da aldeia do Trocano, em Vila de Borba, a nova; quando os padres alemães Anselmo Eckart e Antônio Meisterbourg, apoiados pelo Vice-Provincial Francisco de Toledo, tomaram posição radical-

mente contrária à orientação política e administrativa do Gabinete Pombal e dos seus representantes na Amazônia. Pará, 19 de abril de 1757.

Dessa atitude de intransigência e incompreensão nasceram os choques definitivos de que talvez supusessem sair vitoriosos, o que não se dando passaram curiosamente a considerar como perseguição aos atos de reação que então se deram por parte dos que lutavam denodadamente pelo estabelecimento, naquela extensíssima e importantíssima região norte e noroeste do Estado do Brasil, de um clima capaz de tornar possível o respeito que desde há muito vinha faltando às autoridades constituídas, governamentais, ali postas pelo Rei e pelo seu gabinete de Lisboa. O que então se visava era o preservamento de toda a região contra as infiltrações que se davam por estrangeiros, vindos das terras que lhe eram e são limítrofes.

Carta a Tomé Joaquim Côrte Real, na qual M.F. revela o seu pensamento a respeito do fato curioso de só ter notícia dos Comissários Demarcadores Castelhanos por intermédio do Pe. Bento da Fonseca, procurador da Companhia de Jesus, em Lisboa. Pará, 12 de abril de 1757.

Nova carta a T.J.C.C.R., na qual trata da sua escolha para Secretário de Estado, admitindo nisso a participação do irmão, Sebastião José, para que a mesma se desse. Pará, 19 de abril de 1757.

Carta ao Marquês de Tancos sobre diversos assuntos, inclusive sobre o fato dos Castelhanos ainda não terem chegado ao alto rio Negro. Mandava-lhe duas arrobas de café. Pará, 13 de abril de 1757.

168.^a Carta a Sebastião José, sobre um papel que o Padre Visitador da Companhia de Jesus apresentara na última Junta das Missões de 10 de fevereiro de 1757, cuja cópia enviava com a carta. É carta longa, toda ela sobre as questões com os Jesuítas. Pará, 25 de abril de 1757.

169.^a Carta a Sebastião José, ainda sobre os choques com os jesuítas, decorrentes da entrega forçada das suas aldeias e fazendas. Pará, 2 de maio de 1757.

170.^a Carta a Sebastião José, na qual escreve que “Estando eu governando este Estado há seis anos, e persuadindo-me a que tenho compreendido tudo quanto podia ser desordem substancial que nela havia, é tal a confusão e tal a quantidade de injustiças que se praticavam, que todos os dias vou tendo novas para me enganar. “É carta longa, sobre as desavenças com os Jesuítas. Pará, 4 de maio de 1757.

Carta aos Diretores da Companhia de Comércio do Grão Pará, sobre assuntos relativos à mesma. Pará, 10 de maio de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão sobre diversos assuntos. Pará, 10 de maio de 1757.

Carta ao mesmo Governador, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, também sobre assuntos relativos aos Jesuítas. Pará, 13 de maio de 1757.

Carta ao Vice-Provincial da Companhia de Jesus, Francisco de Toledo, sobre o que vinha se passando no Maranhão; a respeito do alvará com força de lei de 7 de junho de 1755, pelo qual S. Maj. fôra servido "cassar o governo temporal em que os Regulares se tinham introduzido." Pará, 14 de maio de 1757.

Carta de mera cortesía ao nôvo Bispo do Maranhão. Pará, 14 de maio de 1757.

Carta ao Ouvidor do Maranhão, pela qual se verifica que o missivista não achara nada boa a sua conduta em relação à publicação naquela capitania, do alvará com força de lei de 7 de junho de 1755. Pará, 14 de maio de 1757.

Carta ao Juíz de Fora do Maranhão, também sobre os fatos ocorridos com a publicação do mesmo alvará de lei. Pará, 14 de maio de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão, remetendo a ordem para que o Comissário da Província da Conceição fizesse sair da cidade de São Luís, no termo de 24 horas, e no de 15 dias, da própria Capitania, ao guardião do convento da Conceição; devendo no primeiro navio que partisse, ser mandado para Lisboa, à ordem do Rei. Nessa carta, está amplamente exposta a razão da expulsão. Pará, 15 de maio de 1757.

Carta ao Comissário Provincial de Santo Antônio, do Maranhão, ou a quem suas vêzes fizesse, sobre a expulsão do convento de Santo Antônio do guardião Frei Miguel do Nascimento. Pará, 15 de maio de 1757.

Carta ao Padre José da Gama, sobre um pedido que fizera, relativo aos padres da Companhia. Pará, 16 de maio de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão sobre os choques com os Jesuítas. Pará, 16 de maio de 1757.

Carta ao mesmo Governador sobre os mesmos choques. Pará, 23 de maio de 1757.

Carta ainda ao mesmo Governador sobre a Lei das Liberdades dos Índios, dizendo que "as ordens, tanto de S. Maj., como as minhas, parecem-me que vão bastantemente claras, e que em negócios dessa natureza, é necessário obrar tão forte como prudentemente." Pará, 23 de maio de 1757.

Carta ao mesmo Governador sobre a Lei das Liberdades, lembrando que fôra feita uma Junta para estabelecer jornais (salários) competentes, com que os índios pudessem se alimentar e vestir, segundo as suas diferentes profissões. Pará, 25 de maio de 1757.

Carta ao mesmo Governador, determinando a publicação de um Bando, segundo o qual os índios alforriados deveriam se conservar no serviço de seus respectivos amos, vencendo o sôlido estipulado pelo Bando de 12 de fevereiro de 1752. Juntamente com a carta remetia o **Diretório**, que devia ser aplicado de acôrdo com as possibilidades do país, isto é, da região. Pará, 25 de maio de 1757.

171.^a Carta a Sebastião José, na qual volta a se referir à necessidade de ser expedido um Regimento para uso do Governador do Maranhão; no qual, em parte deviam ser observadas as bases que sugeria na mesma carta. Pará, 27 de maio de 1757.

172.^a Carta a Sebastião José, sôbre vários assuntos relativos ao Maranhão. Pará, 1.^o de junho de 1757.

173.^a Carta a Sebastião José, na qual o atraso na chegada dos Comissários de Espanha para as demarcações do Tratado de 1750, é amplamente analisado; e termina: “dever-se acrescentar ainda que o exorbitantíssimo gasto que S. Maj. estava ali fazendo sem proveito algum, se aplicado o dinheiro às fortificações e estabelecimentos das novas povoações, poria o Estado não só seguro mas florescente, vindo assim essa morosidade causar piores efeitos do que se tivéssemos uma guerra declarada.” Pará, 1.^o de junho de 1757.

174.^a Carta a Sebastião José, na qual trata especialmente da figura do bacharel Luís José Duarte Freire, que por se ter capacitado de se tratar de homem de mãos limpas, o queria para Ouvidor da nova Capitania de São José do Rio Negro. Pará, 3 de junho de 1757.

175.^a Carta a Sebastião José, na qual trata do Desembargador Intendente-Geral João da Cruz Dinis Pinheiro, que morreu ou foi morto quando ia para o Piauí cumprir a importante e espinhosíssima missão de demarcar e dividir as célebres fazendas da Mouxa, bem como tomar conhecimento dos descaminhos e desordens havidas na Fazenda Real. Falecera a 25 de fevereiro de 1757. Para substituí-lo na referida Missão, o Governador Mendonça Furtado achava que deviam ser designados pelo menos dois homens, dada a extensão das terras a percorrer e jurisdicionar. Pará, 8 de junho de 1757.

176.^a Carta a Sebastião José, na qual trata minuciosamente dos graves problemas concernentes às Ouvidorias do Maranhão, então agravados com a morte inesperada do Desembargador Diniz Pinheiro. Pará, 10 de junho de 1757.

Carta a Tomé J. da C. Côrte Real, expondo a situação da Capitania; quando finalmente foi publicada a lei de 7 de junho de 1755, de abolição do govêrno temporal dos Regulares, das Missões a seu cargo. Pará, 11 de junho de 1757.

Carta a Gonçalo José da Silveira Preto, sôbre assuntos da administração, e dando notícia da publicação da lei de abolição do governo temporal, que os já referidos Regulares gozavam nas aldeias, e a da liberdade dos índios, que por culpa sua, dizia, ainda se conservavam em escravidão, desde o primeiro ano em que entrara a governar. Declaração, aliás, improcedente, por se chocar com as muitas razões que teve êle mesmo oportunidade de expôr, para que tal não se desse, no decorrer dos anos passados de 1751 a 1757. Pará, 12 de junho de 1757.

177.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a um papel que escrevera, no qual demonstra a falsidade da representação das dívidas alegadas pelo Visitador da Companhia de Jesus. Papel que parece ser o que, sem data, já foi antes transcrito neste trabalho. Pará, 13 de junho de 1757.

178.^a Carta a Sebastião José, na qual dá notícia das desordens havidas no arraial do Rio Negro, isto é, no de Mariuá, ocorridas com a revolta da tropa ali existente. Nessa mesma carta escreve que para cobrir os claros havidos nos dois regimentos mandados no ano de 1753 para o Pará, já tinha metido cento e quarenta recrutas de filhos da terra, e ainda faltavam outros tantos; dizendo não se dar mal com êles, mas que se pudessem mandar até cinqüenta soldados dos bem procedidos, inclusive casados, seria bom. Pará, 13 de junho de 1757.

Carta a T.J.C.C.R., na qual explica a norma adotada para a nomenclatura das novas vilas e lugares, então criados. Pará, 13 de junho de 1757.

179.^a Carta a Sebastião José, na qual expõe longamente o que foi e o que deixou de ser tratado na Junta reunida na casa do Prelado D. Miguel de Bulhões; Junta que se reunira uma só vez, por causa da morte inesperada do Desembargador João da Cruz Dinis Pinheiro. Os assuntos principais da reunião giravam em tórno dos Jesuítas; das côngruas a lhes serem pagas; do pagamento dos dízimos e do afastamento dos frades e padres, que excediam de muito o número regular dos que deviam existir em cada convento das Religiões existentes no Estado. Pará, 16 de junho de 1757.

Carta de Tomé Joaquim para F.X.M.F. em que, em nome do Rei, louva o seu trabalho "em favor do aumento do Estado e civilidade dos seus vassallos, os quais o descuido dos que tinham por obrigação educá-los tem concorrido para que se conservassem no inraciocínio em que nasceram." Aprova tôdas as medidas administrativas por êle tomadas como Governador; refere-se aos 23 casais já mandados para a Vila de Borba; faz referência à petição de João de Sousa de Azevedo, sôbre mandar vir a família de São Paulo, e, por fim, comu-

nica a remessa de uma Letra de cem mil cruzados, mandados pelo Rei para dar socorro às despesas do Estado. Belém (Palácio de), 16 de junho de 1757.

180.^a Carta a Sebastião José, na qual trata do Coronel Cipriano Coelho de Azevedo. Pará, 17 de junho de 1757.

181.^a Carta a Sebastião José, na qual trata da pretensão do seu secretário particular substituir o falecido Desembargador Dinis Pinheiro, no officio de aferidor nas medidas de pão, na Côrte de Lisboa. Pará, 17 de junho de 1757.

182.^a Carta a Sebastião José, na qual trata do preenchimento dos cargos de ministros (Ouvidores), para o que cita o nome de três bacharéis, sendo um do Pôrto, outro de Coimbra e um terceiro de Beja. Pará, 18 de junho de 1757.

183.^a Carta a Sebastião José, na qual trata da substituição de Frei Dionísio de São Francisco, religioso da Província de Santo Antônio do Curral, por um frei Francisco de Santa Teresa, no cargo de Comissário Provincial. Pará, 18 de junho de 1757.

184.^a Carta a Sebastião José, na qual trata da ação dos padres jesuítas de Castela, na região de Mato Grosso; e dos da Vice-Província de Portugal; êstes, por causa de um Memorial que organizaram sobre a lei das liberdades dos índios. Na mesma carta há referência à conduta do Ouvidor Mourilhas, de Mato Grosso. Pará, 18 de junho de 1757.

Carta a T.J.C. Côrte Real sobre a morte do Brigadeiro Antônio Carlos Pereira de Sousa e do Ministro-Desembargador João da Cruz Dinis Pinheiro. Pará, 12 de junho de 1757.

Carta do Secretário de Estado Tomé Joaquim a F.X.M.F. sobre Manuel da Silva, nomeado mestre carpinteiro das obras reais da Capitania do Grão Pará. Belém, 4 de julho de 1757.

Carta do mesmo ao mesmo, sobre Lourenço Belford e a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Belém, 7 de julho de 1757.

Nova carta do mesmo ao mesmo sobre o preenchimento de Offícios públicos de Justiça e Fazenda. Belém, 10 de julho de 1757.

185.^a Carta a Sebastião José, na qual se refere a assuntos particulares da família; à mudança havida no Ministério de Lisboa; ao Bando que embarçava a saída do algodão do Estado; ao comércio das madeiras e à concorrência que estas podiam fazer às que se importavam, em Portugal, de outros países da Europa. Pará, 15 de julho de 1757.

186.^a Carta a Sebastião José, aliás última da série colhida nos preciosos arquivos do Museu Britânico, de Londres, na qual se refere ao escrivão da Ouvidoria do Maranhão, João Mendes da Silva, homem que o Governador Mendonça Fur-

tado considerava protegido da Companhia de Jesus. Conduzira-se mal no cargo, mas era pobríssimo e carregado de filhos e filhas; por isso, via-se o Governador em embarço com êle, porque para o inabilitar para servir o ofício, ficava morrendo de fome e os inocentes que tinha em casa; e “para servir o mesmo ofício tem os perigos que V. Excia. contempla”. Preferia por estas razões aguardar a decisão do Rei. Pará, 18 de julho de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, sobre uma sentença dada por um “Juiz das Liberdades”, contra um Pedro Paulo. Na carta é citado o jurista Solórzano; mostrando-se o missivista desapontado com o Juiz. Pará, 28 de agosto de 1757.

Carta ao mesmo Governador, sobre a conduta dos Jesuítas, segundo notícias recebidas da Bahia. Há referência ao fato de ter chegado à mesma Bahia a Companhia do Alto Douro; e à notícia do Conde da Ponte ir governá-la. Pará, 26 de agosto de 1757.

Carta para o mesmo Governador sobre “Juiz das Liberdades”. Pará, 27 de agosto de 1757.

Carta ao Pe. Visitador e Vigário Provincial Francisco de Toledo, sobre assuntos relativos aos choques com os Jesuítas, pela qual se constata que a situação vai se agravando de cada vez mais. Já aqui há referência à expulsão de um padre para Portugal, quando o Vigário Provincial põe imprudentemente em dúvida a autoridade do Governador para fazê-lo; o que, pelo documentos constantes desta correspondência era líquida e certa esta autoridade, que lhe vinha do Rei. Tratava-se do extermínio, isto é, da ordem dada pelo Governador Mendonça Furtado de expulsão do Padre Reitor do Colégio de S. Luís do Maranhão; que resolvera se insurgir contra o cumprimento, na Capitania, das leis de 6 a 7 de junho de 1755, por meio de requerimentos julgados intempestivos e desrespeitosos às leis e ao Rei. Pará, 29 de agosto de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão, na qual trata dos mesmos assuntos, relativos aos Jesuítas, havendo inclusive referência ao extermínio dos Padres”, e a uma carta **incrível** que lhe escrevera o Padre Visitador Francisco de Tolêdo; com o que, por paixão ou por falta de tino na condução dos debates, foram-se as regras do bem viver, e, com isso, dentro em pouco o Vice-Provincial era também forçado a tomar o caminho de Lisboa, e ali mandado para o velhíssimo Paço de Sousa, do Conselho de Penafiel (Pôrto).

Carta ao Governador do Maranhão sobre a forma pela qual os índios fôrros deviam ser conduzidos e tratados depois da publicação das leis de 6 e 7 de junho. Pará, 30 de agosto de 1757.

Nova e longa carta ao Governador do Maranhão sôbre a conduta dos Jesuítas, em relação à aplicação das referidas leis de 6 e 7 de junho de 1755. Pará, 1.º de setembro de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão, congratulando-se com êle pela formação das vilas de Viana e Monção; mencionando-se nela a dúvida do mesmo governador, sôbre a designação de párocos. Pará, 1.º de setembro de 1757.

Carta ao governador do Maranhão, Gonçalo Pereira, em resposta à sua de 26 de junho, declarando M.F. que nunca pensou ter êle deixado de obrar com aquela atividade, honra e constância que lhe eram naturais, no decorrer das ações desenvolvidas contra determinadas Religiões da Capitania; admirara-se, sim, da conduta dos Ministros, que não souberam se antepôr aos requerimentos dos mesmos Religiosos, protetórios do pronto cumprimento, na Capitania, das leis de 6 e 7 de junho. Pará, 2 de setembro de 1757.

Carta ao mesmo Governador, dizendo ter recebido pelo Pe. Provincial do Carmo as suas duas cartas, nas quais — dava notícia da fundação das vilas de Viana e Monção, e dizendo mais. “Bom é que os índios principiem a conhecer a fortuna em que estão, e se vão recolhendo às povoações, deixando os mocambos, obrigados das violências e tiranias com que eram tratados.” Há na carta referência ao **Diretório dos Índios** e à extraordinária prosperidade verificada na Vila de Borba, a nova. Só em cacáu o negócio dos índios passava de setecentas arrôbas; indo o rendimento dos dízimos a duzentos mil réis. E termina: “O mal estava em que aqueles mesmos Ministros de que S. Maj. faz o maior conceito, em se vendo nestas terras, se esquecem não só da sua obrigação, mas até de que são católicos.” Pará, 6 de setembro de 1757.

Nova carta ao mesmo governador, na qual trata de assuntos ligados às Religiões. Pará, 7 de setembro de 1757. O mesmo se dando nas cartas que se seguem de 9, 12, e 15 de dezembro.

Carta ao Sr. Francisco de Toledo, Padre Visitador e Vice-Provincial da Companhia de Jesus, censurando àcremente a sua conduta e participando-lhe “que sem dúvida ou réplica alguma se embarque na presente frota para a Côrte, na qual receberá as últimas ordens que S. Maj. for servido ordenar-lhe. Pará, 14 de setembro de 1757.

Carta ao Governador do Maranhão, na qual participava que pela C. R. então recebida sôbre as Ordenanças e Auxiliares Recrutadas para as Tropas pagas, já não havia privilégio dos Estudantes do Colégio, pelo que, o Governador poderia mandar assentar praça àqueles que quizesse; sem ter cumprimento algum com os Padres; “isto — dizia — para dezabular (mostrar, provar) que êles totalmente são inúteis, e não lhes podem valer de coisa alguma; para desta sorte perderem

aquele grande respeito com que aqui tiranizavam as gentes; e este é o fim porque S. Maj. se moveu a expedir estas importantíssimas ordens, as quais V. S. ordenará no modo, com o maior segredo, obrando na substância com o maior rigor, e diferindo a todo o requerimento que lhe fizerem; que requeiram a S. Maj. ou a mim." Pará, 15 de setembro de 1757.



Com estas duas últimas cartas, penso que se pode considerar como praticamente exposto e encerrado, no Grão-Pará e Maranhão, o choque jesuítico-pombalino; em boa parte proveniente da luta que desde há muito vinha se travando pela hegemonia de um ou outro poder, em todo o Estado do Brasil.

O choque principal e definitivo, como vimos, deu-se a partir do dia 1.º de janeiro de 1756, em que a aldeia jesuítica do Trocano, situada na foz do rio Madeira, foi transformada em Vila de Borba, a nova; e teve fim, praticamente, com a expedição das duas últimas cartas de 14 e 15 de setembro, acima transcritas.

Tôdas as mais cartas e documentos que se seguem, representam apenas o desenrolar destes importantes, graves, apaixonados, por vezes tristes, mas inevitáveis acontecimentos, que muitos males causaram, em geral, às duas partes em choque, e ao Brasil, em particular.

Com a transcrição do Alvará de nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, co-autor desta correspondência, governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e 1.º Comissário Régio das demarcações do Tratado de Limites, assinado em Madrid, a 13 de janeiro de 1750, parte Norte; e com a notícia de que, pouco depois, como Secretário da Marinha e dos Negocios Ultramarinos, continuava Mendonça Furtado a trabalhar dedicadamente pelo Brasil, até morrer em Vila Viçosa a 15 de novembro de 1769, dou por encerrados estes resumos.

Rio, agosto de 1963.

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA
Sócio efetivo do I. H. G. B.

Gráfica TUPY Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio
Telefone: 43-7494

Gráfica TUPY Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio
Telefone: 43-7494



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

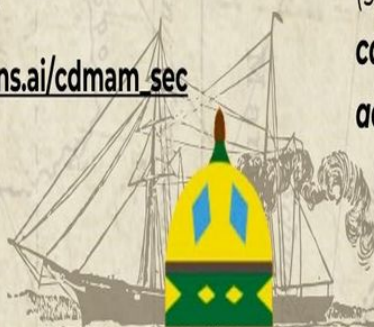
FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA